

XV Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã / Mídia Cidadã

Tema central:

**Comunicação Cidadã: gênero, raça, diversidade e redes
colaborativas no contexto da pandemia**

22 a 24 de junho de 2021, online

Iniciativa e Realização

Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular,
Comunitária e Cidadã - **ABPCom**
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – **UNESP**
Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design – **FAAC**
Departamento de Comunicação Social – **DCSO**

GT5 – COMUNICAÇÃO CIDADÃ: GÊNERO, RAÇA, DIVERSIDADE E REDES COLABORATIVAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA

**Cidadania no futebol feminino brasileiro? Uma análise da reportagem do Portal
GloboEsporte.com sobre a modalidade no contexto da pandemia de COVID-19**

Érika Alfaro de Araújo

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP

Resumo: O presente estudo se situa no ano de 2020, no momento em que as competições esportivas foram paralisadas no país por conta da pandemia do novo coronavírus. Com o objetivo de estudar o futebol feminino brasileiro nesse cenário de crise socioeconômica e sanitária, selecionamos uma reportagem do portal de jornalismo esportivo GloboEsporte.com. Por meio de uma análise qualitativa apoiada nos procedimentos metodológicos da Análise de Conteúdo, verificamos que o material teve como foco trazer à tona as denúncias de jogadoras relacionadas ao auxílio financeiro da CBF para os clubes. Com isso, identificamos que um ponto crucial da reportagem e da realidade retratada por ela é a condição amadora das atletas, uma conjuntura presente antes da pandemia que foi agravada pela situação excepcional, a qual releva que não há condição de cidadania para muitas das mulheres que possuem o futebol como ofício no Brasil.

Palavras-chave: : esporte; futebol feminino; jornalismo esportivo; reportagem; pandemia.

Introdução

Embora existam registros de mulheres jogando futebol no Brasil desde a década de 1920 e, até o início da década de 1940, alguns times tenham se formado pelo território nacional, a história

da modalidade feminina no país contou com uma interrupção marcante no episódio da proibição por lei em 1941¹ e pela posterior resolução do Conselho de Desportos em 1965². Foram quase quatro décadas até que essas determinações fossem revogadas em 1979 e apenas em 1983 o futebol feminino foi regulamentado – com regras que, entre outros aspectos, vedaram o profissionalismo e definiram partidas de apenas 70 minutos.

Em termos de competições, a nível mundial, o futebol de mulheres foi incluído nos Jogos Olímpicos em 1996, e a primeira Copa do Mundo da Fifa foi organizada em 1991 – ambos os eventos contaram com o time brasileiro em suas primeiras edições. Os dois torneios, que se tornaram os principais dos calendários das seleções do mundo, contribuem para evidenciar que o desenvolvimento do futebol feminino é um fenômeno recente. O que fica ainda mais notório no cenário nacional: o Campeonato Brasileiro teve início em 2013; a Copa do Brasil começou em 2012 e foi encerrada em 2016; em 2017, a competição nacional passou a ser organizado em duas divisões; e campeonatos de base (sub-18 e o sub-16) passaram a existir em 2019.

Levando em conta esse contexto de desenvolvimento e busca por estruturação, visibilidade e profissionalização, este artigo se situa no ano de 2020, em um momento em que as competições esportivas foram paralisadas em decorrência da pandemia global causada pelo novo coronavírus. Para estudar esse período, selecionamos uma reportagem veiculada pelo Portal GloboEsporte.com: “Das ameaças a atletas à verba da CBF retida: pandemia escancara amadorismo do futebol feminino”³. Ao analisarmos o material que tem como foco a situação do futebol de mulheres no Brasil no contexto da pandemia, buscaremos responder algumas perguntas, tais como: Qual foi a abordagem da reportagem? O que ela revela sobre a modalidade no país? O que ela evidencia sobre o futebol feminino no contexto da pandemia? Qual a abrangência desse conteúdo? Com isso, buscaremos entender de que forma a divulgação sobre acontecimentos envolvendo o futebol de mulheres foi realizada, com base em quais critérios, como esse retrato jornalístico de uma realidade foi construído e que tipo de mensagem foi fornecida pelas reportagens.

Futebol feminino brasileiro na contemporaneidade

Em 2019, a Fifa divulgou um relatório que ofereceu um panorama do futebol feminino em âmbito mundial. Os dados do levantamento reiteraram a ideia de que a modalidade, no Brasil, possui uma história recente de desenvolvimento após as décadas de proibição, assim como pode ser

¹ Decreto-Lei de 14 de abril de 1941: “Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país”.

² Deliberação número 7 de 1965 do Conselho Nacional de Desportos (CND): “Não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, polo-aquático, pólo, rugby, halterofilismo e baseball”.

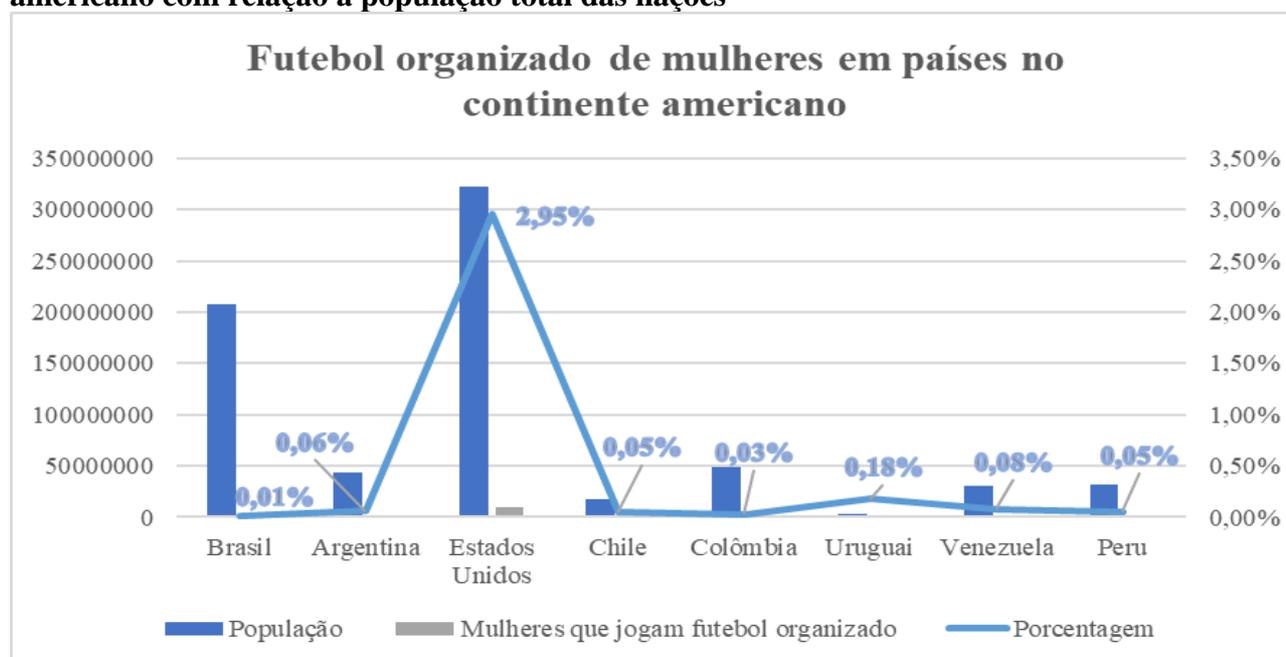
³ Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/futebol/futebol-feminino/noticia/das-ameacas-a-atletas-a-verba-da-cbf-retida-pandemia-escancara-amadorismo-do-futebol-feminino.ghtml>>.

observado em diversos países. Uma informação destacada fornecida pelo *Women's football – Member Associations Survey Report 2019* revela que 15 mil mulheres jogam um futebol organizado no Brasil. Para uma base de comparação, nos Estados Unidos, seleção tetracampeã do mundo e quatro vezes ouro olímpico, esse número chega a 9,5 milhões. Na Argentina, o número chega a quase 28 mil – a população da Argentina é de mais de 43 milhões, o que representa menos de um quarto da brasileira, com mais de 207 milhões de habitantes conforme o documento.

Os Estados Unidos e a Argentina foram selecionados como referências por se tratarem de países localizado na América, mas também pelo fato de que as americanas formam a seleção mais vencedora do futebol feminino no âmbito do esporte-competição. Já a Argentina é uma nação sul-americana, que faz fronteira com o Brasil, e possui índices, apesar de baixos, mais altos do que o brasileiro com relação às jogadoras. Há países da América Latina com números variados, por exemplo: o Chile com 9 mil mulheres que jogam futebol organizado (em uma população de quase 18 milhões); a Colômbia, com 12.732 (mais de 48 milhões de população); o Uruguai, com 6.300 (mais de 3 milhões de população); a Venezuela, com 24.427 (mais de 31 milhões de população); e o Peru, com 17.159 (mais de 31 milhões de população).

Em termos percentuais, colocando o número de mulheres que jogam um futebol organizado com relação à população total estimada pelo relatório, temos, em ordem decrescente: Estados Unidos com 2,95%; Uruguai com 0,18%; Venezuela com 0,078%; Argentina com 0,064%; Peru com 0,054%; Chile com 0,050%; Colômbia com 0,026%; e Brasil com 0,0072%.

Gráfico 1 – Número de mulheres que jogam futebol organizado em países pelo continente americano com relação à população total das nações



Elaborado pela autora, 2021. Fonte dos dados: *Women's football – Member Associations Survey Report 2019*

No Brasil, o número de jogadoras adultas registradas é de 2.974. Com menos de 18 anos, são apenas 475. Nos Estados Unidos, são 80 mil adultas e mais de um milhão e meio de jovens, e na Argentina os números chegam a mais de 21 mil maiores de 18 anos e 6,5 mil jovens.

Conforme os índices divulgados pela Fifa, temos três seleções mantidas pela CBF: sub-17, sub-20 e sênior. Já representando as americanas, são nove categorias, começando pelo sub-14. Na Argentina, são cinco, sendo o sub-15 a categoria inicial.

O documento ainda expõe questões referentes ao cargo de comando dos times e à situação no setor de arbitragem. No território nacional, dos 1.368 treinadores licenciados, 15 são mulheres. E dos 566 árbitros licenciados, 94 são mulheres. Na Argentina, são sete técnicas entre 7.940, e 26 árbitras do total de 550. Nos Estados Unidos, o percentual é maior: são 172 mil treinadores licenciados, com mais de 21 mil mulheres; dos 139 mil árbitros, quase 33 mil são mulheres.

No cenário brasileiro, mesmo com a organização de campeonatos pela CBF, a maioria dos times das duas divisões é basicamente amadora. Para que se configure o profissionalismo, as atletas necessitam de um registro pelos clubes na CBF, o que é viabilizado por meio de um contrato no sistema CBF/Fifa e acontece quando a atleta se encaixa no regime CLT, isto é, de leis trabalhistas.

Haag (2018) analisa o cenário da profissionalização do futebol de mulheres na década de 1980 – após a queda de proibição. Para a autora, uma das dificuldades nesse caminho foi por conta do período de desregulamentação do trabalho e esfacelamento das leis trabalhistas com as políticas neoliberais e um crescente aumento da informalidade nos anos 1990 no cenário brasileiro.

Nesse sentido, o primeiro clube brasileiro a profissionalizar as relações de trabalho com as jogadoras foi o Santos, o que aconteceu 2015. A partir de então, outras instituições acompanharam a decisão. No ano de 2019, dos 16 clubes da divisão de elite do Brasileirão, sete eram profissionais, em um percentual de quase 44%. Em 2020, esse número aumentou para dez, ou seja, 62,5% dos times. Os dados foram disponibilizados pelo site Dibradoras⁴ e revelaram que Ferroviária, Internacional, Iranduba, Santos, Flamengo, Cruzeiro, Grêmio, São Paulo, Corinthians e Vitória (que ainda mantém vínculos de amadorismo) eram os clubes profissionais na série A do futebol feminino brasileiro.

Embora a primeira divisão apresente um número recorde, a segunda ainda exibe um panorama amador: dos 36 clubes que competem no torneio, são cinco profissionais: América-MG, Atlético-MG, Ceará, Fortaleza e Tiradentes-PI – cerca de 14% segundo a pesquisa do site Dibradoras⁵.

Essas mudanças aconteceram em um contexto em que federações e confederações interviam junto aos clubes para colaborar com o desenvolvimento do futebol feminino. A Confederação Sul-

⁴ Brasileiro feminino de 2020 terá número recorde de times profissionais. Disponível em: <<https://bit.ly/2PYhqB7>>. Acesso em 7 de maio de 2021.

⁵ Idem 6.

Americana de Futebol (Conmebol) determinou em seu estatuto e regulamento, aprovado no final de 2016, a manutenção de uma equipe feminina em todos os clubes que disputassem a Copa Libertadores da América e a Copa Sul-Americana – os principais torneios continentais no calendário dos times brasileiros. Com prazo de adequação de dois anos, a decisão passou a valer em 2019.

A determinação foi acompanhada pelo Licenciamento de Clubes da Confederação Brasileira de Futebol, em que a CBF definiu como obrigatória a existência de equipes femininas adultas e de base para todos os vinte clubes da série A do Campeonato Brasileiro em 2019. Ambas as medidas estavam em conformidade com o Estatuto⁶ da Federação Internacional de Futebol (Fifa) de 2018, que, em seu vigésimo terceiro artigo, colocou como dever das confederações a inclusão de princípios de governança com disposições relativas, entre outros temas, à igualdade de gênero.

Para Almeida (2019), cuja análise tem como foco as mudanças no futebol de mulheres no Brasil com a introdução da igualdade de gênero no estatuto da Fifa, a CBF deu sinais de mudanças com relação ao cumprimento das regras da Federação, mas, na hora de colocá-las em prática, demonstrou que a intenção era preencher as formalidades impostas pela instituição internacional.

Para Vieira e Rodrigues (2021), as discussões sobre a profissionalização do futebol feminino no Brasil são relevantes para entendermos o que as autoras chamam de “condição crônica de abandono da modalidade”. Além disso, em um cenário mais amplo, fora do futebol, esse debate é capaz de evidenciar a importância das relações de trabalho em uma análise sobre cidadania. Isso porque, para Silva (2015, p. 90), as reconfigurações do mundo do trabalho em face da dinâmica do capital em escala global tem sido uma das variáveis que ajudam a entender a vida na sociedade contemporânea. Com isso, os elos frágeis de trabalho de mulheres no mundo do futebol colocam em questionamento a posição delas enquanto indivíduos componentes da sociedade. O que, como veremos a seguir, tornou-se um grande ponto de insegurança e preocupação para as atletas no contexto da pandemia.

Cenário esportivo na pandemia

No ano de 2020, o mundo foi atingido pela pandemia de Covid-19. Por conta do isolamento social, eventos dos mais diversos setores foram cancelados ou remarcados. Logo, as competições esportivas também foram afetadas. O Comitê Olímpico Internacional (COI) precisou tomar uma decisão sem precedentes e adiar os Jogos Olímpicos daquele ano, que aconteceriam em Tóquio, no Japão. No Brasil, tratando-se de futebol, a CBF paralisou todos os campeonatos nacionais por tem-

⁶ Estatuto da Fifa. Disponível em: <<https://resources.fifa.com/image/upload/the-fifa-statutes-2018.pdf?cloudid=azwxwekfmX0nfdixwv1m>>. Acesso em 5 de maio de 2021.

po indeterminado a partir do dia 16 de março de 2020⁷. Na posterior retomada, ficou proibida a presença do público nos estádios e um grande número de medidas de segurança foi implementado.

No período em que as competições estavam paralisadas, a confederação organizou ações de apoio financeiro aos clubes⁸, que estavam impedidos de seguirem suas atividades rotineiras e tiveram prejuízos por conta da diminuição da receita – a ausência de público foi um dos fatores de grande impacto na queda de arrecadação das instituições.

No futebol feminino, 3,7 milhões de reais foram destinados ao auxílio dos clubes na primeira quinzena de abril, sendo 120 mil reais direcionados a cada um dos 16 clubes da primeira divisão e 50 mil a cada um dos 36 clubes da série B.

A Federação Internacional de Jogadores de Futebol (FIFPro) divulgou, em abril de 2020, um relatório intitulado *Covid-19: Implications for professional women's football* com o intuito de oferecer informações sobre a situação, além de chamar a atenção para as implicações da crise global de saúde com relação ao futebol feminino profissional e também trazer recomendações para a saúde e o bem-estar das jogadoras.

O relatório destaca que a falta de contratos por escrito, vínculos de trabalho de curto prazo, a falta de seguro saúde e de assistência médica, além da ausência de medidas de proteção básica dos direitos trabalhistas colocam muitas mulheres em uma situação de alto risco por terem seus meios de sustento ameaçados. A pesquisa ouviu atletas e indicou que, embora muitas preocupações tenham sido relatadas, algumas delas foram mais frequentes: as questões que estão em aberto sobre economia, calendário de competições e segurança no emprego.

Dessa forma, o documento elenca os pontos abordados pelas jogadoras que se destacaram com relação ao futebol feminino na pandemia. De forma resumida, o relatório apontou os seguintes tópicos:

- Comunicação inconsistente – disparidade na forma como jogadoras recebem informações sobre as mudanças em seus países e nos locais onde jogam;
- Bem-estar mental – insegurança com relação às carreiras curtas e esporádicas no futebol feminino; dificuldades diante de cortes de salário e para a manutenção dos empregos; isolamento em países estrangeiros, longe de sistemas de apoio;
- Incerteza – salários, reconhecimento e visibilidade em risco;
- Peso da expectativa – pressão mental e física para a manutenção da performance competitiva mesmo sem instalações adequadas;

⁷ CBF suspende competições de âmbito nacional por tempo indeterminado. Disponível em: <<https://www.cbf.com.br/a-cbf/informes/index/cbf-suspende-competicoes-de-ambito-nacional-por-tempo-indeterminado>>. Acesso em 10 de maio de 2021.

⁸ CBF anuncia novas medidas de apoio aos clubes. Disponível em: <<https://bit.ly/3exf2uH>>. Acesso em 10 de maio de 2021.

- Saúde fisiológica – mudanças nos ciclos menstruais, com aparecimento de sintomas mais frequentes e graves, além de alterações na duração e no padrão do ciclo; relatos de estresse, mudanças nos treinamentos, na dieta e distúrbios do sono.

Por meio dos aspectos levantados, situamos o presente estudo. Aqui, compartilhamos o pressuposto adotado por Vieira e Rodrigues (2021) de que a pandemia funciona como um analisador social do futebol de mulheres. “Isso porque a realidade pandêmica pode ser capaz de produzir uma percepção diferenciada sobre tal contexto, rompendo com a neutralidade e naturalidade aparentes da situação das mulheres na instituição futebolística” (VIEIRA E RODRIGUES, P. 113).

Objeto, objetivos e metodologia

Criado em 2005, o GloboEsporte.com é um portal do Grupo Globo cujos conteúdos englobam desde notícias e reportagens até transmissões em tempo real, colunas e *podcasts* sobre as mais diversas modalidades esportivas praticadas no Brasil e no mundo. Tratando-se de um projeto de expansão do jornalismo esportivo da Globo para o webjornalismo, um ano após seu lançamento, já havia alcançado a marca de mais de um milhão de visitantes únicos⁹ e, em 2018, chegou a manter uma média de 7 milhões de usuários únicos por dia¹⁰. A versão mobile foi lançada em 2012 e, em 2014, um aplicativo foi desenvolvido. Em 2015, 63% da audiência do GE vinha dos acessos por celulares e tablets¹¹.

Com um menu repleto de opções de acesso, uma das seções do GloboEsporte.com é dedicada ao futebol feminino, e é justamente nesta que se encontra nosso objeto, uma reportagem publicada em maio de 2020: “Das ameaças a atletas à verba da CBF retida: pandemia escancara amadorismo do futebol feminino”. A matéria se propõe a apresentar informações sobre o cenário dos clubes com relação aos seus times femininos durante o período de paralisação dos campeonatos por conta da pandemia.

Por meio da análise qualitativa do material selecionado, temos como propósito entender e discutir quais foram os aspectos trabalhados na reportagem e o que eles revelam sobre o futebol de mulheres no Brasil, especialmente no cenário pandêmico. Para Barbosa Filho (2003), a reportagem é “considerada uma narrativa que engloba, ao máximo, as diversas variáveis do acontecimento” e consegue “oportunar aos ouvintes, leitores, telespectadores ou internautas uma noção mais aprofundada a respeito do fato”. Dessa maneira, buscaremos verificar também se a construção narrativa

⁹ Uma década de globoesporte.com. Disponível em: <<http://app.globoesporte.globo.com/globoesporte10anos/uma-decada-de-globoesporte.com/index.html>>. Acesso em 11 de maio de 2021.

¹⁰ Grupo Globo bate recorde de acessos no digital e passa de 100 milhões de usuários únicos. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2018/11/26/grupo-globo-bate-recorde-de-acessos-no-digital-e-passa-de-100-milhoes-de-usuarios-unicos.ghtml>>. Acesso em 11 de maio de 2021.

¹¹ Idem 11.

da reportagem de fato trouxe uma noção aprofundada acerca dos acontecimentos. Para isso, desenvolvemos categorias que possibilitarão a organização da análise:

Tabela 1 – Categorias para análise da reportagem

Categorias de análise	Objetivo
Enfoque	Entender qual a proposta da reportagem
Estrutura da reportagem	Conhecer a construção textual e as opções narrativas
Uso das fontes	Identificar os tipos de fonte utilizadas, o uso das informações oferecidas e as contribuições das entrevistas
Levantamento documental	Especificar os materiais utilizados e o papel dos mesmos para o conteúdo
Abrangência	Determinar quais e quantos clubes foram incluídos na reportagem
Hiperlinks	Revelar as conexões e atualizações do texto
Marcas de análise	Verificar a existência ou não de opiniões e análises

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Para a realização desta análise da reportagem, recorreremos a uma abordagem qualitativa focada na mensagem, para a qual nos apoiamos nos procedimentos metodológicos da Análise de Conteúdo de Bardin (2011), que permitem inferências críticas e interpretações capazes de oferecer uma leitura além da convencional ao atingir um novo aspecto de significação da mensagem.

Análise qualitativa da reportagem

Nesta etapa do artigo, analisamos a reportagem veiculada pelo GloboEsporte.com, um dos principais portais de jornalismo esportivo do país, com a proposta de retratar o cenário do futebol de mulheres no Brasil durante o período de paralisação dos campeonatos em 2020 por conta da pandemia de Covid-19.

Reportagem: “Das ameaças a atletas à verba da CBF retida: pandemia escancara amorosismo do futebol feminino”

- **Enfoque**

Publicada no dia 14 de maio de 2020, ou seja, cerca de dois meses depois da interrupção do futebol brasileiro, a matéria traz revelações, dá pistas dos assuntos tratados e apresenta uma espécie de resumo de sua análise logo no título. Ao avaliar que a pandemia “escancara o amorosismo do futebol feminino”, sugere que esta leitura envolve a revelação de que jogadoras foram ameaçadas e que há uma questão envolvendo o não repasse de verbas da confederação. Na linha-fina, há o esclarecimento sobre os apontamentos do título: “CBF distribuiu R\$ 3,7 milhões aos 52 times do Brasileiro feminino, mas a maioria dos dirigentes não transfere o pagamento para as jogadoras – e quem reclama ainda é dispensada”. Com essa sentença, quantifica a questão da ajuda financeira, define a responsabilidade pelo não repasse como sendo dos “dirigentes” e completa com a informação sobre a dispensa das atletas – relacionada às ameaças mencionadas no título.

E são essas informações que orientam a abertura do texto, em que se afirma que a pandemia “escancarou ainda mais o amadorismo” do futebol de mulheres no país. Aqui, temos uma análise da situação logo no início da reportagem – para a posterior apresentação de argumentos e indícios. Além disso, podemos perceber pela forma como a frase foi construída que há o reconhecimento de que, antes da pandemia, já havia o conhecimento sobre essa condição amadora, e que o momento de crise apenas aprofundou a questão. Segundo a matéria, o dinheiro da CBF não foi suficiente “para amenizar os problemas das atletas, nem evitaram o desamparo durante a paralisação dos campeonatos”.

Em seguida, os valores de repasse para clubes da série A e da série B são especificados, além da informação de que, na distribuição da verba, a CBF não exigiu contrapartidas, e o resultado foi que, em diversos clubes, houve muitos problemas no repasse de dinheiro às atletas.

A seguir, o GloboEsporte.com afirma ter apurado a situação de clubes pelo Brasil para traçar um panorama, o que indica que a reportagem não se compromete em apenas repercutir um acontecimento que já ganhou notoriedade no organismo social¹², mas também trazer informações novas que são resultados de apurações, situando-as em um cenário nacional.

Diante dessas informações, é possível apontar que, com o tema futebol feminino na pandemia, a reportagem tem como enfoque a utilização da verba oferecida pela CBF pelos clubes e a situação das jogadoras, muitas das quais não receberam o dinheiro e foram ameaçadas quando expuseram suas experiências, demonstrando que, além de desamparadas, as atletas tiveram sua liberdade de expressão cerceada.

- **Estrutura da reportagem**

Depois da abertura do texto, que revelou os aspectos principais da reportagem, temos a seguinte disposição de intertítulos: dispensas, calotes e problemas; ameaças e medo; dinheiro para outro rumo; CBF tenta contornar; oásis na modalidade; e futuro incerto.

No primeiro, o GloboEsporte.com apresenta a situação de cinco clubes da série A2, trazendo à tona as denúncias das jogadoras, a dispensa e ameaças a algumas delas – além do descaso com relação ao grupo de mulheres –, documentos que comprovaram informações e a contrapartida de advogado e presidentes dos clubes envolvidos. Já o segundo intertítulo é inteiramente dedicado ao Atlético-GO, clube em que as atletas recebiam apenas vaga no alojamento e alimentação, sem salário ou ajuda de custo. Assim, diante da cobrança de uma das jogadoras ao tomar conhecimento sobre o valor cedido pela CBF, ela foi dispensada. A resposta da dirigente do clube confirmou que o vínculo do Atlético com as jogadoras não é profissional, e que o projeto foi montado às pressas por

¹² MELO, José Marques de. *Jornalismo Opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. Campos do Jordão: Mantiqueira, 1994.

conta da exigência da CBF, mas que todo o valor da confederação será destinado ao departamento feminino.

Em “dinheiro para outro rumo”, a reportagem falou sobre Sport e Botafogo, ambos casos em que a equipe masculina disputava a série A do Brasileirão, e a feminina a série B. A questão que envolveu o time de Recife foi que, dos 50 mil reais recebidos, 10 mil foram para as atletas, e os outros 40 para “despesas de lavanderia, escritório e pagamento de outros funcionários”. No Botafogo, havia salários atrasados desde antes da paralisação do campeonato, e a diretoria admitiu a situação.

Em seguida, temos a reação da CBF diante dos fatos. A reportagem informa que a confederação ligou para os clubes para exigir que o dinheiro fosse usado para pagar as atletas, reforçando que recomendação oficial era essa desde o princípio. História que foi contestada por um dirigente do Audax, clube da primeira divisão, que recebeu 120 mil reais e tinha uma folha salarial mensal de 25 mil reais no feminino. Segundo o representante do clube, não foi especificado pela CBF que o valor deveria ser destinado às mulheres, por isso foi usado para despesas do próprio clube. O supervisor da CBF afirmou, via assessoria de imprensa, que o dinheiro foi destinado para que os clubes cumprissem suas obrigações junto à modalidade, especialmente com relação às atletas, mas que a “entidade não tem ingerência na administração interna dos clubes”. Com isso, uma série de 11 perguntas e 11 respostas foram esquematizadas para evidenciar os pontos apurados pelo GloboEsporte.com a respeito do assunto.

O intertítulo “oásis na modalidade” apresenta um contraponto a todo o cenário traçado até aquele momento. Ceará, Bahia e Fortaleza foram os times que a reportagem afirma terem profissionalizado o futebol feminino e registrado as jogadoras. Dessa maneira, um relato de uma das atletas do Ceará conta como o clube é uma exceção no Brasil por dar boas condições às jogadoras. No estado de São Paulo, o texto afirma que Corinthians e Ferroviária são dois bons exemplos, mesmo passando por dificuldades durante a pandemia. Além disso, afirmam que um levantamento detalhado sobre os times da elite seria publicado no portal nos próximos dias.

A última parte da reportagem, “futuro incerto”, apresenta a instabilidade presente no ambiente dos clubes, citando que alguns cogitaram pedir desligamento das competições em 2020 por conta da incerteza sobre a retomada das atividades e a ausência de previsão do fim da pandemia. Apesar disso, o encerramento evidencia que nenhum clube fez o pedido até aquele momento.

Diante dessas informações, podemos concluir que a estrutura da reportagem foi pensada para incluir diversos clubes, agrupando em intertítulos os casos mais similares. Com isso, conseguiram trazer acusações de atletas e as represálias dos clubes, assim como a resposta da CBF, o contraponto com casos positivos e uma finalização com a projeção de um futuro incerto para as equipes.

- **Uso das fontes**

É possível afirmar que as fontes tiveram um papel significativo na reportagem. Isso porque a história principal do texto, que é o não repasse dos clubes da verba da CBF para as atletas, foi construída, principalmente, por meio das declarações das jogadoras e as respostas dos responsáveis pelas instituições.

Lage (2008) corrobora com a ideia de que são poucos os textos jornalísticos que “originam-se integralmente da observação direta”, e a reportagem analisada aqui se junta à maioria das matérias que “contém informações fornecidas por instituições ou personagens que testemunham ou participam de eventos de interesse público”, isto é, os conteúdos são construídos com a contribuição das fontes envolvidas nas situações. “É tarefa comum dos repórteres selecionar e questionar essas fontes, colher dados e depoimentos, situá-los em algum contexto e processá-los segundo técnicas jornalísticas” (LAGE, 2008, p. 49), processo que pode ser verificado no material do GE.

É importante pontuar que muitas das atletas entrevistadas não tiveram seus nomes citados, fato explicado no texto: “A maioria das atletas não quer se identificar porque teme ser dispensada e, além de não receber pagamento, ter de sair do alojamento do clube”. Dessa forma, notamos que o sigilo foi praticado na proteção das fontes, um fator essencial na ética jornalística.

Foram 23 fontes no total. São elas: Atleta do Brasil de Farroupilha não identificada; Elenir Luiz Bonetto, presidente do Brasil-FA; Jorge Simplício, presidente do Juventude Timonense; Ysra-yane Nogueira Alves e Emilly Pedrosa Bastos, jogadoras do Auto Esporte; Jogadora não identificada do Auto Esporte; Léo Baiano, auxiliar-técnico do Auto Esporte; Helamã Nascimento, presidente do Auto Esporte; Karen Gabriely, jogadora do UDA; Adeilson Palmeira, presidente do UDA; Lígia Montalvão, jogadora do Santos Dumont; Genisson Silva, advogado do Santos Dumont; Célio França, empresário ligado ao Santos Dumont; Samara Dias, jogadora do Atlético-GO; Isabela Borges, coordenadora do departamento de futebol feminino do Atlético-GO; Jogadora do Sport não identificada; Direção do Sport; André Andrade, membro da diretoria do Sport; Atleta do Botafogo não identificada; Diretoria do Botafogo; Gustavo Teixeira, dirigente do Audax; Assessoria de imprensa de Romeu Castro, supervisor de futebol feminino da CBF; Edna Maria, jogadora do Ceará.

Com isso, podemos observar que os tipos de fontes, segundo a classificação proposta por Lage (2008), estão divididos entre oficiosas e primárias. As oficiosas são aquelas, segundo o autor, reconhecidamente ligadas a uma entidade ou indivíduo. No caso da reportagem, temos os representantes dos clubes, como presidentes, dirigentes ou advogados, e da CBF. Já as primárias são aquelas, conforme Lage (2008), em que o jornalista se baseia para colher aspectos fundamentais de uma matéria, já que elas fornecem fatos, versões e números, como são os casos das atletas, identificadas ou não, que contaram suas experiências, evidenciaram valores oferecidos pelas instituições e divulgaram a forma como foram tratadas pelos clubes.

- **Levantamento documental**

Além das fontes entrevistadas, documentos foram utilizados para verificar informações e comprovar fatos e versões, como a mensagem enviada pelo presidente Jorge Simplicio às jogadoras em um grupo de WhatsApp, a mensagem do presidente do UDA para atletas, a ata da reunião do Santos Dumont (documento assinado pelo presidente Jogival Melo Passos) e o recibo do Audax com relação ao valor recebido da CBF. Uma captura da tela do site da CBF exibiu o registro de dispensa das jogadoras do Auto Esporte ouvidas pela reportagem, e o texto oficial divulgado pela confederação no dia seis de abril com o anúncio da ajuda financeira também foi utilizado – além da reprodução de um trecho, o hiperlink foi adicionado para levar o leitor à página mencionada. Ademais, na parte em que há um esquema de perguntas e respostas, há um trecho de um texto informado pela CBF em seu canal de ética destinado a receber reclamações de atletas, clubes ou federações.

Os materiais foram principalmente utilizados para apuração jornalística, tanto no sentido de a reportagem examinar as declarações das fontes quanto para elaborar questionamentos na busca por respostas de outras fontes, como os representantes dos clubes ou da CBF.

- **Abrangência**

Haja vista o enfoque da reportagem, que era retratar o cenário do futebol feminino durante a pandemia com atenção especial às denúncias com relação à verba da CBF, os clubes protagonistas foram aqueles envolvidos na questão da falta de repasse às atletas, com exceção para os citados como bons exemplos de gestão no contexto de crise.

Foram 14 times mencionados pela reportagem, muitos dos quais tiveram dirigentes e atletas ouvidos. São eles: Brasil de Farroupilha, Juventude Timonense, Auto Esporte, União Desportiva Alagoana (UDA), Santos Dumont de Sergipe, Atlético-GO, Sport, Botafogo, Audax, Bahia, Fortaleza, Ceará, Corinthians e Ferroviária. No texto, foi indicado que outra matéria do GloboEsporte.com traria com mais detalhes um panorama das equipes da divisão de elite.

Os clubes são de diversos estados, representando quatro regiões do Brasil: Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste – apenas o Norte ficou de fora.

- **Hiperlinks**

A reportagem tem, no total, quatro hiperlinks. O primeiro deles leva até a tabela do Brasileirão Feminino mantida pelo GloboEsporte.com no termo "Campeonato Brasileiro". O objetivo de tal inserção poderia ser para que o interessado pelo assunto pudesse ter mais informações sobre a competição, além de aumentar o engajamento do site.

No seguinte, o hiperlink foi colocado na construção "a relação com o time feminino é 'saudável'" e leva até uma matéria do próprio GloboEsporte.com na página do Auto Esporte: "Presidente do Auto Esporte rebate ex-auxiliar técnico e diz ter diálogo saudável com o time feminino". Com isso, temos o aprofundamento da informação com a retomada de uma notícia previamente publicada (do dia 6 de maio).

Um caso similar aconteceu quando se falava sobre o Corinthians. Em "Assim, as atletas recebem 40% do salário como direito de imagem. Este valor não foi pago em abril" há o hiperlink para uma matéria do GloboEsporte.com: "Jogadoras do Corinthians têm direitos de imagem atrasados; clube cita acordo e promete quitar", publicada na página do time paulista no dia 8 de maio (antes da reportagem). Ou seja, o recurso levava o leitor a se aprofundar no caso específico do clube.

Por fim, um hiperlink foi utilizado como verificação e comprovação. A página da CBF com o comunicado oficial sobre a ajuda financeira foi colocada na frase "como dizia o texto divulgado no site da entidade no dia 6 de abril".

Sendo assim, os hiperlinks foram adicionados na reportagem com funções de acréscimo e aprofundamento das temáticas, além da confirmação de informação fornecida.

- **Marcas de análise**

A maior parte do texto é construída por meio do que as fontes alegaram e o que as partes envolvidas responderam, sem construções que expressassem opiniões no decorrer da montagem do cenário. No entanto, a já citada abertura do texto cumpre esse papel de análise, uma vez que afirma que "A pandemia do novo coronavírus escancarou ainda mais o amadorismo do futebol feminino no Brasil" e que o dinheiro da CBF não foi suficiente "para amenizar os problemas das atletas, nem evitaram o desamparo durante a paralisação dos campeonatos".

Ao expor esse cenário de denúncias a respeito de pagamentos, a falta de vínculos profissionais, as ameaças, os destratos e os desligamentos de atletas, a reportagem avaliou que se tratavam de situações capazes de escancarar esse amadorismo e evidenciar a condição de desamparo das jogadoras.

O próprio recurso de indicar que existem profissionais registradas e clubes em que não há reclamações de atrasos, ressaltando que "nem tudo é problema", pode significar que a reportagem considera que a conjuntura majoritária do futebol de mulheres no país é problemática. No próprio depoimento da jogadora do Ceará, que descreve as boas condições que tem no clube, há a ressalva de que o time "é uma das raras exceções do futebol feminino no Brasil".

Com isso, observamos que não há construções nitidamente opinativas no texto, mas há momentos, como os citados, marcados por uma análise da situação retratada – o que, muitas vezes, apenas uma leitura mais atenta é capaz de detectar.

Considerações finais

Após a construção do cenário histórico do futebol de mulheres no Brasil e da contextualização do momento retratado pela reportagem selecionada para a análise, em que a pandemia de Covid-19 paralisou as competições esportivas no país, foi possível chegar a algumas conclusões sobre o material e a realidade exposta por ele.

Dentro do universo do futebol feminino durante a pandemia, o enfoque da reportagem estava nas denúncias sobre a verba repassada pela CBF para os clubes, muitos dos quais não utilizaram o dinheiro para cumprir os compromissos com as atletas. Dessa forma, pode-se afirmar que a matéria do GloboEsporte.com, que foi elaborada após o conhecimento das primeiras reclamações de jogadoras ao Conselho de Ética da CBF, se propôs a apurar essas informações, expandir e aprofundar o conteúdo por meio de uma investigação que trouxe à tona a situação de outros clubes, tanto da série A quanto da série B do Campeonato Brasileiro. Dessa forma, podemos dizer que as características de uma reportagem são encontradas neste material, que foi capaz de fornecer novas informações e levar aos leitores/usuários uma noção mais completa do tema abordado.

Nesse sentido, é válido ressaltar o importante papel das fontes na apuração. Por um lado, as jogadoras relataram os problemas com os pagamentos e as ameaças. Por outro, os dirigentes, advogados ou dirigentes trouxeram as respostas dos clubes, além da voz da CBF como “mediadora” da situação. Assim sendo, pode-se afirmar que os principais “personagens” envolvidos foram ouvidos na construção do conteúdo.

Além de evidenciar as questões dos clubes com relação às finanças, a reportagem trouxe à tona a relação dos presidentes, dirigentes e demais responsáveis pelas instituições com suas jogadoras. Isso porque muitas das atletas que reivindicaram seus direitos, questionaram valores baixos ou o não pagamento de seus salários/ajuda custo foram dispensadas de suas funções. E essas represálias aumentaram a sensação de insegurança de jogadoras até mesmo de outros clubes, como foi possível perceber pela quantidade de fontes não identificadas na matéria por medo.

No entanto, um ponto crucial da reportagem, destacado até mesmo no título, é a condição amadora das atletas no futebol feminino brasileiro – condição esta que possibilita, por exemplo, que o trato dos clubes com relação a suas jogadoras seja tão negligenciado –, uma realidade presente antes da pandemia que foi agravada pela situação excepcional. O conteúdo do GloboEsporte.com comprova a ideia de Vieira e Rodrigues (2021, p. 115) de que “as jogadoras, que já não possuem contrato, renda fixa, trabalho garantido para além dos campeonatos, assistência médica ou previdenciária, não são uma prioridade dos cartolas num momento de crise socioeconômica e sanitária”.

As autoras também analisam o papel da própria CBF, pois, embora a ação emergencial tenha sido uma “tentativa de socorro a algumas equipes femininas do país”, não escondeu o “descaso histórico da entidade com a modalidade”:

As poucas ações da entidade para encaminhar o processo de profissionalização do futebol de mulheres deixam a desejar em itens que podem ser considerados fundamentais, como tornar obrigatório o estabelecimento de contrato formal de trabalho, planejar calendário anual diversificado e bem distribuído e captar recursos para tornar a modalidade mais autônoma em relação aos programas e investimentos do poder público (VIEIRA E RODRIGUES, 2021, p. 115).

A falta de direitos trabalhistas e a restrição de liberdade, por exemplo, de expressão, nos faz questionar a condição de cidadania dessas jogadoras. Isso porque Pinsky (2013) afirma que ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. Assim, para o autor, os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Levando em consideração tal definição e o retrato realizado pela reportagem do GloboEsporte.com, podemos afirmar que não há condição de cidadania para muitas das mulheres que possuem o futebol como ofício no Brasil.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Caroline Soares. **O Estatuto da FIFA de igualdade de gênero no futebol: histórias e contextos do Futebol Feminino no Brasil**. FuLiA, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, edição especial – Dossiê Futebol e Mulheres, p. 72-87, 2019.

BARBOSA FILHO, André. **Gêneros radiofônicos: os formatos e os programas em áudio**. São Paulo. Paulinas, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

HAAG, Fernanda Ribeiro. **“O futebol pode não ter sido profissional comigo, mas eu fui com ele”**: trabalho e relações de sexo no futebol feminino brasileiro. Mosaico, v. 9, n. 14, p. 141-160, 2018.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 7ª ed, Rio de Janeiro: Record, 2008.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). **A História da Cidadania**. 6. ed. - São Paulo: Contexto, 2013.

SILVA, Sidinei Pithan. Trabalho e Cidadania na Sociedade Contemporânea. **Revista Pegada** – vol. 16, n. 2, dezembro de 2015.

VIEIRA, Talita Machado.; RODRIGUES, Joyce Cristina. Fora de jogo?. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 20, p. 112-122, 1 fev. 2021.

Women's football – Member Associations Survey Report 2019. Disponível em: <<https://img.fifa.com/image/upload/nq3ensohyxpuxovcovj0.pdf>>. Acesso em 10 de maio de 2021.